

## Atos Oficiais

### Pregão Eletrônico:

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021, Processo de Compras 115/2021, que trata do registro de preços para fornecimento de fraldas descartáveis. Período para cotação das 11:00 horas do dia 22/04/2021 às 09:00 horas do dia 05/05/2021. Período para lances 05/05/2021 a partir das 10:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone: (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) ou [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br). Ribeirão Pires, 20 de Abril de 2021. Douglas Menezes Souza – Pregoeiro.

### Portarias:

PORTARIA Nº. 32.467, DE 19 DE JANEIRO DE 2021. NOMEAR JOSÉ EDINALDO DA SILVA FILHO, portador da Cédula de Identidade RG nº. 63.205.689-7 e CPF nº. 046.132.354-05, para exercer em comissão o cargo de Dirigente de Unidade de Gestão Integrada, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, a partir de 13 de janeiro de 2021. Processo 289/2021

PORTARIA Nº. 32.742, DE 25 DE MARÇO DE 2021. RETIFICAR na Portaria nº. 32.589, de 18 de fevereiro de 2021, para que onde lê-se “exercer em comissão o cargo de Diretor de Divisão de Atenção Básica”, leia-se “exercer em comissão o cargo de Diretor de Divisão de Proteção Básica”. Processo 2732/2017

PORTARIA Nº. 32.743, DE 25 DE MARÇO DE 2021. EXONERAR a pedido, SAMIA ALVES PAES LOPES, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 34.275.774-X e CPF nº. 380.301.8189-84, do cargo de Técnico Administrativo, regime Estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, a contar de 08 de março de 2021. Processo 2938/2020

PORTARIA Nº. 32.744, DE 25 DE MARÇO DE 2021. EXONERAR a pedido, MARCELO ANTÔNIO DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 29.527.511-X e CPF nº. 286.330.428-35, do cargo de Chefe de Núcleo de Referência da Assistência Social, regime Estatutário, provimento comissão, lotado na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, a contar de 19 de fevereiro de 2021. Processo 946/2021

PORTARIA Nº. 32.760, DE 12 DE ABRIL DE 2021. REVOGAR, a contar de 08 de março de 2021, a Portaria nº. 31.777, de 11 de março de 2020, que concedeu licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares para o funcionário FERNANDO CORREA JUNIOR, portador da Cédula de Identidade RG nº. 45.187.770-6, CPF nº. 365.540.708-42, Assistente Administrativo, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Comunicação. Processo 3235/2011

PORTARIA Nº. 32.762, DE 13 DE ABRIL DE 2021. AMPLIAR para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da funcionária ROSANGELA MOREIRA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.627.825-4 e CPF nº 269.090.968-51, Professor de Desenvolvimento Infantil, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 01 de fevereiro de 2020. Processo 3327/2019

PORTARIA Nº 421, DE 22 DE ABRIL DE 2021. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER gratificação aos servidores relacionados, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de abril de 2021: Alliny Ribeiro Bottaro – 100% e Ivani de Farias – 50%.

## **Decretos:**

### **DECRETO Nº 7.135, DE 06 DE ABRIL DE 2021**

Altera dispositivos do Decreto nº 7.126, de 16 de março de 2021, que nomeia os membros eleitos para compor o CODUHAB – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, no período 2021/2023, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

### **DECRETA:**

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 7.126, de 16 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º,.....

.....

II.....

.....

### **Representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ribeirão Pires - AGARP**

Titular: Simoni Cristina Buzza Micke

.....” (NR)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 06 de abril de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA

Secretária de Habitação e Planejamento Urbano

respondendo interinamente pela Secretaria de Meio Ambiente

Processo Administrativo nº 5853/2004 - PM.

Publicado no órgão da imprensa oficial.

DECRETO Nº 7.136, DE 26 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a documentação necessária para a obtenção do Alvará de Funcionamento, conforme previsão nas Leis nº 5.372, de 07 de dezembro de 2009 e nº 5.418, de 10 de junho de 2010.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística De Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º O Alvará de Funcionamento para os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, deverá ser requerido pelo interessado após a abertura de processo administrativo, devidamente instruído conforme o respectivo porte da empresa.

Art. 2º O requerente deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Requerimento padrão;

II – Cópia do RG e CPF do Requerente;

III – Cópia do comprovante de residência atualizado;

IV – Cópia do contrato social ou declaração de firma individual (ME/EPP);

V – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

VI – Cópia do demonstrativo do IPTU;

VII – Certidão de Uso do Solo atualizada em até 90 dias;

VIII – Matrícula imobiliária, e contrato de locação se for o caso;

IX – Habite-se;

X – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB);

§1º Nos casos em que a atividade do Micro Empreendedor Individual (MEI) for de baixo risco, que não esteja enquadrado no §1º, do artigo 10, da Lei Municipal nº 5418/2010, deverá ser apresentado o Registro de Empreendedor Individual obtido no portal do empreendedor no sítio da internet: [www.portaldoempreendedor.sp.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.sp.gov.br).

§2º Na ausência do Habite-se poderá ser apresentado o Laudo de Estabilidade Estrutural acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), em caráter provisório, tendo o requerente 120 dias para regularizar a documentação do imóvel junto aos órgãos competentes e apresentar o habite-se, sob pena de ser cassado o Alvará de Funcionamento concedido.

§3º Nas edificações em que o Habite-se exceder cinco anos a contar da data de expedição, deverá ser apresentado Laudo de Estabilidade Estrutural acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para concessão do Alvará de Funcionamento.

§4º Para empreendimentos e atividades que causam ou possam causar impacto de ambiental de âmbito local e/ou regional, deverá ser apresentada a competente Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente.

§5º O órgão licenciador poderá solicitar informações, estudos e projetos complementares, de acordo com o grau de complexidade da atividade ou empreendimento.

§6º No caso dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços ou industriais de qualquer porte, que estiverem enquadrados no disposto do Anexo I, da Lei Municipal nº. 5.238, de 22 de dezembro de 2008 ou quaisquer outras atividades que sejam interesse da saúde, a emissão do Alvará de Funcionamento dependerá do cadastro prévio da Vigilância Sanitária Municipal e do fiel cumprimento do que dispõe o Decreto Municipal nº. 6.095, de 22 de fevereiro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.281, de 22 de março de 2012.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 26 de março de 2021 – 307º Ano da Fundação de 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Administração

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA

Secretária de Habitação e Planejamento Urbano

respondendo interinamente pela

Secretaria de Meio Ambiente

Processo administrativo nº 607/2021

Publicado no órgão da imprensa oficial.

**LEI Nº 6.554. DE 11 DE JANEIRO DE 2021**

**Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do Teatro para a Infância e Juventude, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia Municipal do Teatro para a Infância e Juventude, a ser comemorada, anualmente, em 20 de março, com as seguintes finalidades:

1. Fomentar atividades teatrais voltadas para a infância e juventude, visto que as entidades culturais e a administração pública em todos os seus níveis poderão aproveitar este dia para articular e desenvolver iniciativas teatrais;
2. Divulgar junto às instituições de ensino acerca da importância do teatro infantil-juvenil como instrumento de desenvolvimento da criatividade, do pensamento autônomo e independência crítica, além de promover a integração da criança e o coletivo;
3. Destacar a importância no teatro como atividade lúdica que propicia ao aluno participação ativa no processo de ensino-aprendizado;
4. Conscientizar o educador da contribuição do teatro infantil para o crescimento pessoal e o desenvolvimento cultural do educando, por meio do domínio da comunicação e do uso interativo da linguagem teatral, nessa perspectiva está caminhando para o campo do ensino-aprendizagem criando condições para a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer, da capacidade de iniciação, ação ativa, motivadora, a improvisação, concentração, organização, a liderança e o controle pessoal são desenvolvidos.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 11 de janeiro de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**CLAURÍCIO GONÇALVES BENTO**

**Secretário de Cultura**

Processo Administrativo nº 97/2020 = CM - nº 5953/2020 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.563. DE 07 DE ABRIL DE 2021**

Denomina de “Praça Vera Lucia Cavalcante Villaverde” a área pública situada na Rua Anita Garibaldi, no Jardim Guanabara, Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Leandro de Souza Carvalho)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de “Praça Vera Lucia Cavalcante Villaverde” a área pública situada na altura do número 98, lote 50, Quadra I, com área de 1.850m<sup>2</sup>, localizada na Rua Anita Garibaldi, no Jardim Guanabara, Ribeirão Pires.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de abril de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR

Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 007/2021-CM - n 1305/2021 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

**LEI Nº 6.565. DE 07 DE ABRIL DE 2021**

Altera a denominação da Rua São Francisco para constar “Rua Padre José Raschele”, e dá outras providências. (Autoria: Vereadores Diogo Dantas Manera e Edmar Donizete Oldani)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Altera a denominação da Rua São Francisco para constar “Rua Padre José Raschele”, localizada no bairro São Francisco, Ribeirão Pires.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de abril de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR

Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 011/2021-CM - n 1423/2021 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.566, DE 07 DE ABRIL DE 2021

Institui o Programa Banco de Alimentos, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Casa)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Ribeirão Pires, o Programa Banco de Alimentos, que tem por objetivo captar doações de alimentos e promover sua distribuição às entidades assistenciais, famílias e indivíduos que estejam em estado de vulnerabilidade alimentar e nutricional, contribuindo diretamente para o combate à fome e ao desperdício de alimentos, visando atingir às políticas de abastecimento e segurança alimentar e de assistência social.

Parágrafo único. Considera-se em estado de vulnerabilidade alimentar e nutricional os indivíduos e as famílias sob risco alimentar e nutricional, bem como as entidades sociais sem fins lucrativos que não disponham de condições de ofertar refeições ou alimentos necessários à subsistência de seus beneficiários.

Art. 2º O Banco de Alimentos será constituído de estrutura física e logística para oferta do serviço de captação e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores públicos e privados e que serão direcionados aos indivíduos, famílias e instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, caracterizadas como prestadoras de serviço de assistência social, de proteção e defesa civil, estabelecimentos de saúde e demais unidades de alimentação e nutrição.

§1º A captação das doações dos alimentos de comercialização inviável, mas em condições próprias para consumo com segurança alimentar, ocorrerá junto aos produtores rurais, estabelecimentos industriais e comerciais e na comunidade em geral.

§2º Os alimentos doados poderão ser entregues diretamente na sede do programa, em postos autorizados divulgados pelos meios de comunicação ou retirados no local indicado pelo doador.

§3º Não serão aceitas doações em dinheiro ou cheque ou por qualquer outro meio de transação financeira.

§4º Os doadores poderão oferecer ao programa, a qualquer tempo, todo tipo de quantidade de alimentos, observadas as exigências estabelecidas nesta Lei, estando desobrigados da continuidade ou frequência dessa colaboração.

§5º O Programa Banco de Alimentos poderá receber em doação o produto de ação de fiscalização, desde que devidamente provido da documentação e atendido os requisitos de segurança alimentar e sanitárias, conforme legislação específica.

Art. 3º - A distribuição de alimentos às pessoas ou famílias poderá ser através de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastrados junto ao Executivo.

§1º As entidades assistenciais que promoverem a distribuição de alimentos deverão informar quinzenalmente o número de pessoas e/ou famílias atendidas com as doações deste programa.

§2º - As entidades que promoverem a distribuição de alimentos deverão preservar a identidade dos beneficiários finais.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de abril de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DE BIAZI

Secretário de Assistência Social e Cidadania

Processo Administrativo nº 012/2021-CM - n - 1424/2021 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.567, DE 07 DE ABRIL DE 2021

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia do Futebol Amador, a ser comemorado, anualmente, em 28 de março, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Anderson Benevides dos Santos)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Dia do Futebol Amador, a ser comemorado, anualmente, em 28 de março.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

CLAURÍCIO GONÇALVES BENTO

Secretário de Esportes

Processo Administrativo nº 013/2021-CM - n -1425/2021 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.569, DE 07 DE ABRIL DE 2021

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal da Transparência e Combate à Corrupção, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a “Semana Municipal da Transparência e Combate à Corrupção”, a ser comemorada na semana que inclui o dia 16 de Maio de cada ano, data comemorativa da vigência da Lei Federal de Acesso à informação – Lei Nacional nº 12.527/11.

Art. 2º Na semana Municipal da transparência e combate a corrupção poderão ser desenvolvidas ações educativas através de palestras, seminários, conferências e atividades culturais e de lazer.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de abril de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR

Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 137/2020-CM - n º 6110/2020 -PM

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.